



**GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E VALORES FAMILIARES:
IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO**

**GUBERNAMENTALIDAD NEOLIBERAL Y VALORES FAMILIARES:
IMPLICACIONES PARA LA EDUCACIÓN**

**NEOLIBERAL GOVERNMENTALITY AND FAMILY VALUES:
IMPLICATIONS FOR EDUCATION**

Larissa Scotta¹

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte de pesquisa realizada em âmbito de doutorado e tem como objetivo problematizar o avanço do conservadorismo no campo da educação. A partir das lentes teórico-metodológicas da governamentalidade (Foucault, 2010; 2023), o trabalho discute como a governamentalidade neoliberal, em sua atual face conservadora, encontra em aparatos como o Programa Escola sem Partido e o movimento a favor da escolarização doméstica mecanismos que visam estabelecer a precedência dos valores tradicionais da família em políticas educacionais brasileiras formuladas na última década. A partir da discussão levantada, entende-se que a ascensão de uma agenda familiar nos domínios da educação está diretamente vinculada ao projeto neoliberal de dissolução dos laços sociais e de primazia de uma ordem privada, homogênea e familiar em detrimento de uma ordem pública, plural e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Governamentalidade neoliberal. Conservadorismo. Família. Educação.

RESUMEN

Este artículo presenta un recorte de investigación realizada en el ámbito de un doctorado y tiene como objetivo problematizar el avance del conservadurismo en el campo de la educación. Bajo las lentes teórico-metodológicas de la gubernamentalidad (Foucault, 2010; 2023), el trabajo discute cómo la gubernamentalidad neoliberal, en su actual faceta conservadora, encuentra en el Programa Escuela sin Partido y el movimiento a favor de la escolarización doméstica mecanismos que buscan establecer la precedencia de los valores tradicionales de la familia en políticas educativas brasileñas formuladas en la última década. A partir de la discusión planteada, se entiende que la ascensión de una

¹ Mestre em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutoranda em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

agenda familiar en los dominios de la educación está directamente vinculada al proyecto neoliberal de disolución de los lazos sociales y de primacía de un orden privado, homogéneo y familiar en detrimento de un orden público, plural y democrático.

PALABRAS-CLAVE: Governamentalidade neoliberal. Conservadurismo. Família. Educação.

ABSTRACT

This article presents a research excerpt conducted as part of a doctoral study and aims to problematize the advance of a conservatism in education. Using the theoretical and methodological lenses of governmentality (Foucault, 2010; 2023), the work discusses how neoliberal governmentality, in its current conservative face, finds in mechanisms such as the "Programa Escola sem Partido" (School Without Party Program) and the homeschooling movement the means to establish the precedence of traditional family values in Brazilian educational policies formulated in the last decade. From the discussion presented, it is understood that the rise of a family agenda in the realms of education is directly linked to the neoliberal project of dissolving social bonds and prioritizing a private, homogeneous, and familial order at the expense of a public, plural, and democratic one.

KEYWORDS: Neoliberal governmentality. Conservatism. Family. Education.

* * *

É sintomático que são precisamente a existência da sociedade e a ideia de social – sua inteligibilidade, seu refúgio de poderes estratificantes e, acima de tudo, sua adequação como um local de justiça e do bem comum – o que o neoliberalismo se propôs a destruir conceitual, normativa e praticamente.

Wendy Brown

Introdução

No dia 1 de janeiro de 2019, durante Cerimônia de Posse, o eleito Jair Messias Bolsonaro realizou seu primeiro discurso² como Presidente da República. Em um gesto que visava demarcar sob que perspectiva o novo chefe de Estado brasileiro ensinaria seu modo de governar, aliou a defesa do livre mercado à pauta conservadora, afirmando a necessidade de “valorizar a família”, “respeitar as religiões” e “combater a ideologia de gênero” a fim de conservar “nossos valores” e “libertar o Brasil das amarras ideológicas”. Um dia depois, após assumir o recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora evangélica e advogada Damares Regina Alves afirmou que

²Discurso realizado no Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em 19 set. 2023.

uma nova era estava iniciando no Brasil: “menino veste azul e menina veste rosa”³. A metáfora, segundo a própria ministra, visava demarcar sua oposição à “ideologia de gênero”⁴.

Essas duas falas apontam para um momento emblemático da história brasileira, em que um discurso de adesão a um conjunto de valores tradicionais passou a circular oficialmente e a pautar o rumo de determinadas políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal. Conforme levantamento⁵ realizado pela Revista AzMina, durante o mandato Bolsonaro (2019-2022), ao menos dezenove ações do executivo, entre portarias, cartilhas, leis, decretos e outros, e mais de sessenta propostas da base governista no Congresso, abordaram assuntos como “família”, “gênero”, “direitos sexuais e reprodutivos”, “direitos LGBTQIA+” e “escolarização doméstica” segundo princípios morais conservadores.

Entre tais propostas, encontra-se a criação, no ano de 2020, do Observatório Nacional da Família (ONF)⁶, vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destinado a promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à temática da família. Um desses estudos, apresentado no documento “Fatos e números: arranjos familiares no Brasil”⁷, traz como marca a política de invisibilização das uniões homoafetivas, que não aparecem nas atuais composições familiares brasileiras apresentadas a partir de dados recortados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Essa virada conservadora, que já vinha se desenhando em outras partes do mundo, consolidou-se no país a partir da emergência do bolsonarismo, movimento complexo e multifatorial gestado desde antes do processo de impeachment de Dilma Rousseff e potencializado em um momento social, político e econômico de desestabilização e de contestação do pacto social costurado após a ditadura militar. Na esteira dessa forma de

³ Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/estilo/1546614596_209570.html. Acesso em 19 set. 2023.

⁴ Segundo Paternotte e Kuhar (2018), a noção de “ideologia de gênero” tem origem nos debates no Vaticano e, mais particularmente, na elaboração de uma contra-estratégia após a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, e a Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995, em Pequim. Embora o então cardeal Josef Ratzinger já tivesse discutido algumas dessas questões na década de 1980, a noção realmente tomou forma em meados dos anos 1990 como uma resposta ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito do sistema de direitos das Nações Unidas.

⁵ Fonte: <https://azmina.com.br/reportagens/em-todas-as-areas-como-a-alianca-entre-neoliberalismo-e-conservadorismo-se-da-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em 3 nov. 2023.

⁶ O Observatório Nacional da Família foi instituído pela Portaria nº 1.643 de 19 de junho de 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>. Acesso em 2 nov. 2023.

governo⁸ autoritária e vertical, presenciamos o acirramento de tensões que contribuíram sobremaneira para a produção de uma divisão profunda no espaço público. Tal divisão, conforme a eleição presidencial de 2022 tornara manifesta, fez emergir no país tensões sociais latentes relativas à classe, gênero e raça. Nesse ínterim, o campo da educação, lugar de produção de subjetividades, tornou-se um dos principais espaços de embates nas relações saber-poder-verdade.

A contrariedade às supostas “ideologização” e “apologia à sexualização precoce” que estariam sendo realizadas nas escolas foi um importante ponto de adesão de diferentes segmentos da sociedade aos ideais defendidos pelo bolsonarismo, que ancorado em uma certa compreensão de “ideologia de gênero” como algo que carrega enorme poder destrutivo, uma “espécie de força que refuta a realidade da diferença sexual” e quer destruir a “integridade da família, entendida como cristã e natural” (Butler, 2019, p. 222-223), lançou-se ao que Corrêa e Prado (2022) denominaram de “estatização da ofensiva antigênero”.

Entender como certas cruzadas morais foram se delineando no Brasil requer o entendimento de como o discurso de restauração de uma “‘ordem’ apresentada como natural e moral, a da tradição e da família heteronormativa definida como a base e valor supremo da civilização ocidental” (Dardot *et al*, 2021, p. 211) foi sendo constituído. Para tanto, é possível lançar luz sobre essa questão a partir das lentes-teóricas da governamentalidade (Foucault, 2010; 2023), procurando situar o recurso à defesa dos valores tradicionais enquanto uma estratégia de governo mobilizada pelo neoliberalismo visando sua perpetuação enquanto racionalidade global que vem transformando profundamente as sociedades e estendendo seu sistema normativo a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016).

Os ataques aos direitos das mulheres ou pessoas LGBTQIA+, bem como as querelas criadas em torno da denominada “doutrinação ideológica” em sala de aula, aparecem em um momento em que o domínio privado da família assume um papel cada vez mais central para o funcionamento da economia capitalista, haja vista a desconstrução do Estado social que vem na esteira da neoliberalização da vida. Nesse sentido, é possível

⁸ Este texto utiliza a expressão “governo” e não “governo” para designar todo o conjunto de ações de poder que visam conduzir (governar) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros. O filósofo Michel Foucault utiliza as palavras em francês “*gouverner*” e “*gouvernement*” para se referir a *governo*, cada uma com um entendimento distinto. No entanto, a maioria das traduções de seus textos para a Língua Portuguesa não realizam tal diferenciação. A partir das proposições de Veiga-Neto (2002, 2007), optou-se por utilizar o termo “governo” para designar tudo o que diz respeito às instâncias centralizadoras do Estado e “governo” para designar todo o conjunto das ações que visam conduzir ou estruturar as ações.

relacionar as campanhas antigênero absorvidas pela família, que eclodiram nos últimos anos em países da Europa, América e África e fazem dos domínios da educação espaço de tensões e disputas, à instauração de um modo de governo das condutas que tem alinhado a defesa do livre mercado a formas tradicionais de vida.

Tendo em vista tais considerações, este texto traz uma leitura sobre a emergência de um discurso conservador e autoritário no cenário educacional brasileiro contemporâneo, que ancorado na precedência de um “conjunto de valores e regras de ação” (Foucault, 2001) tradicionais, aponta para a primazia de uma ordem privada, homogênea e familiar em detrimento de uma ordem pública, plural e democrática.

A fim de apresentar e sistematizar as reflexões, este artigo seguirá a seguinte organização: a primeira parte, “Dos caminhos teórico-metodológicos”, aborda os princípios teóricos que sustentam a escrita deste texto, fazendo-se referência ao modo de análise que se tentou produzir a partir do conceito de governamentalidade. A segunda parte, “Governamentalidade neoliberal e instituição familiar”, discute elementos que fazem da instituição familiar um requisito essencial da governamentalidade neoliberal em sua atual face conservadora, apontando possíveis implicações da “responsabilização” da família para os domínios da educação. A terceira parte, “Meus filhos, minhas regras: a educação como campo de disputas”, apresenta uma análise de como aparatos como o Programa Escola sem Partido e o movimento a favor da escolarização doméstica⁹, ao proporem a regulação de grupos, corpos, práticas e sujeitos, colocam em tensão a ordem do discurso escolar, produzindo efeitos naquilo que pode ser considerado como currículo e, em última instância, como educação e escola.

Dos caminhos teórico-metodológicos

Com o intuito de problematizar acerca da emergência do discurso de precedência dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar brasileira, o recurso à noção de governamentalidade tal como formulada por Foucault (2010; 2023) constitui-se no aporte teórico-metodológico deste texto. Trata-se de um recurso analítico elaborado pelo filósofo com vistas a discutir o conjunto das instituições e práticas por meio das quais os

⁹ Várias expressões têm sido mobilizadas para se referir às práticas escolares domésticas, tais como “ensino domiciliar”, “educação domiciliar” e o termo em inglês “*homeschooling*”. Segundo Traversini e Lockmann (2022), tal diversidade de termos revela compreensões e disputas em torno dessa proposta. Nesse sentido, a escolha pela expressão “escolarização doméstica” busca demarcar a tentativa de “a família substituir, no espaço doméstico, os processos formativos complexos que acontecem nas escolas por meio do ensino” (Penna, 2019, p. 11).

indivíduos são guiados, isto é, do conjunto de procedimentos, técnicas e métodos que visam à condução desses indivíduos.

Segundo Duarte (2011, p. 55), ao propor o neologismo “governamentalidade” (*gouvernementalité*), cunhado a partir do elo semântico entre “governo” (*gouverner*) e “modos de pensamento” (*mentalité*), o filósofo francês Michel Foucault tinha como intuito formular uma noção metodológica que serviria para operar na “investigação da racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais”. Na aula de 1º de fevereiro de 1978 do Curso “Segurança, Território, População” (1977-1978), Foucault afirma:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2023, p 146).

Lockmann (2020, p. 4) sintetiza os três modos de significar esse conceito afirmando que governamentalidade pode ser definida “como a forma de ser do pensamento político, econômico e social de uma época”, como “a linha de força que nos conduziu, em todo o Ocidente, a uma forma de poder que tem como alvo a população e como dispositivo os mecanismos de segurança” e, ainda, como “o ponto de articulação entre o governo dos outros e o governo de si, entre as formas como somos governados e como nos governamos”.

Diante das múltiplas formas de entendimento dessa noção, neste artigo governamentalidade será tomada como uma forma de racionalidade que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado momento histórico e em uma determinada sociedade. Trata-se, assim, de como pensamos a ação de governo, de como determinadas práticas e tecnologias incidem sobre os sujeitos de modo a

encaminharem suas escolhas segundo as verdades que são produto e produtoras de uma certa racionalidade.

Quando Foucault (2010) aborda a questão do governo das condutas, não está se referindo à instituição “governo”, mas à atividade que consiste em reger a conduta dos indivíduos no interior de um quadro e com instrumentos de Estado. O termo governamentalidade, segundo Dardot e Laval (2016), foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual os indivíduos, que podem ou não pertencer a um governo, buscam governar outros indivíduos e a si mesmos não tanto na base do comando vertical e despótico, mas principalmente “a partir do monitoramento do meio, não necessariamente fixando o que se deve fazer e o que não se pode [...] mas estabelecendo o campo das possibilidades, a latitude das condutas” (Pelbart, 2019, p. 102).

A partir dessa perspectiva de trabalho, interessa abordar o modo como as condutas, dentro do que a governamentalidade neoliberal em sua face conservadora instaura, passam a ser reguladas por estratégias que coadunam a lógica da concorrência e a oposição à igualdade, atinentes à racionalidade neoliberal, com a “restauração das formas tradicionais de vida” como modos de enquadramento hierárquico da população, que remetem à racionalidade conservadora (Dardot *et al.*, 2021).

Tais estratégias podem ser pensadas tomando-se como objeto de análise as políticas educacionais contemporâneas e as disputas pelos sentidos existentes no âmbito do currículo, entendido, de acordo com Silva (2019), como um dispositivo em que se concentram as relações entre a sociedade e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídos e os conhecimentos escolares.

Levando em consideração, a partir de Silva (2016), que os regimes de governamentalidade perfazem diferentes espaços da vida pública, ao tomar as políticas educacionais como objeto de análise, não é necessário deixar os estudos circunscritos somente aos documentos oficiais. Nesse sentido, serão mobilizados na discussão tanto documentos como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE) e projetos de lei quanto materiais midiáticos e/ou de divulgação que apresentem demandas conservadoras para o campo da educação básica no Brasil, em especial aqueles que mobilizam a defesa da precedência da família em relação ao Estado, como é o caso do Programa Escola sem Partido e o movimento a favor da escolarização doméstica.

Governamentalidade neoliberal e instituição familiar

De acordo com Dardot e Laval (2016), antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, o neoliberalismo é fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar não apenas a ação dos governantes, mas a própria conduta dos governados. Trata-se de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que vão determinar um novo modo de governo, segundo os princípios da concorrência e da oposição à igualdade.

O caráter estratégico dessa racionalidade possibilita que ela mantenha relações com outras racionalidades políticas, como o conservadorismo, por exemplo. Tal relação é o que permitiu que certos valores, entre eles o da família tradicional, fossem constantemente acionados por pensadores neoliberais como Wilhelm Röpke¹⁰, para quem mercado e conservadorismo, longe de serem inconciliáveis, seriam indispensáveis em uma sociedade “livre”. Para Röpke (1950, p. 15), somente dentro de um quadro estável e moralizador, orientado segundo os valores cristãos ocidentais, poder-se-ia frear a “decadência da família”, instituição do “espaço natural da mulher, campo de educação das crianças e célula natural da comunidade” e, ao mesmo tempo, alcançar uma “economia sadia”.

Segundo Cooper (2022), essa é uma dimensão estranhamente obscurecida que dificulta a compreensão dessa racionalidade. Apesar desse apagamento, trabalhos recentes da própria Cooper (2022), de Wendy Brown (2019) e Pierre Dardot *et al.* (2021), por exemplo, têm destacado o papel significativo que o núcleo moral e religioso, tradicionalista e familista do neoliberalismo teve em toda a sua trajetória. É justamente no escopo de um familismo que faz da família um requisito essencial e não um aspecto incidental da governamentalidade neoliberal que Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990, dentro das chamadas “contraofensivas anti-igualitárias” ocorridas a partir da década de 1970, vai situar a instituição familiar como um dispositivo que conjuga a segurança do sistema de desresponsabilização do Estado com a disciplina e a autoridade, visando à manutenção de uma ordem desigualitária que tem feito perpetuar o patriarcado e a heteronormatividade.

Com o advento do neoliberalismo como racionalidade de governo, a desobrigação do Estado, cada vez mais expoente, vai produzir um sujeito responsabilizado por si

¹⁰ Wilhelm Röpke (1899 - 1966) foi um economista e crítico social alemão representante do Ordoliberalismo alemão, também conhecido como neoliberalismo da Escola de Freiburg, surgida nos anos 1930 e aplicada pelos primeiros governos alemães após a Segunda Guerra. Entre as ideias defendidas por Röpke, estava a importância dos valores morais para uma sociedade livre e os riscos de uma democracia ilimitada.

mesmo e em competição com os demais, minando os sentimentos de solidariedade social. É nesse ínterim onde a ideia de sociedade começa a ser “desmantelada” (Brown, 2019) que Thatcher (1987) vai afirmar, durante entrevista na década de 1980: “Não existe isso de sociedade. Existem apenas homens e mulheres individuais e suas famílias¹¹”.

Na medida em que a política econômica neoliberal tem repassado, cada vez mais, os custos sociais para os indivíduos e suas famílias, é essa instituição que tem sido mobilizada como o sistema de proteção social básico do indivíduo. Se o Estado provedor passa a ser destituído, é preciso que uma outra instituição cumpra a função de servir de contrapeso às liberdades do mercado. Na arte neoliberal de governo das condutas, é a instituição familiar que vai ser acionada como um dispositivo que funcionará como um tipo de contrato de seguro mútuo primitivo (Cooper, 2022) que garante ao indivíduo poder se lançar no jogo concorrencial.

A necessidade de restabelecer a família como o pilar da ordem econômica e social teve em Thatcher uma figura singular para o êxito desse enlace, uma vez que seu modo de governar conjugou politicamente o retorno do mercado aos temas conservadores da tradição, da família patriarcal e da nação. Ao propor que um determinado modelo de família deveria perdurar, qual seja, o formado pelo pai provedor, pela mãe garantidora do cuidado da prole e da casa, e pelos filhos, capitais humanos a serem frutificados permanentemente, a ex-primeira-ministra estava servindo como modelo para as direitas de todo o mundo, as quais iriam fazer do apelo às hierarquias domésticas, dos valores religiosos e do respeito às autoridades componentes importantes do arranjo conservador que a governamentalidade neoliberal iria apresentar a partir de 2010.

A metamorfose de uma governamentalidade neoliberal democrática, dinâmica e modernizadora, orientada segundo políticas agenciadas pela diversidade e pluralidade sociais, para uma governamentalidade neoliberal conservadora, que confere lugar central à tradição, à família e à religião cristã, presenciada nos últimos anos, veio acompanhada de uma expansão violenta do mercado, que tem gerado processos cada vez mais intensos de precarização e exclusão (Standing, 2020), em um cenário de pós-financeirização e de desconstrução das democracias a partir de suas próprias instituições, ou ainda, conforme Brown (2016), um “desmonte da democracia por dentro”.

¹¹ Texto original: “*There is no such thing! There are individual men and women and there are families (...)*”

Tal arranjo pode ser exemplificado pela aprovação do *Brexit*¹², no Reino Unido; pela eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos; pela chegada ao poder de Jair Bolsonaro, no Brasil; e pela ascensão de políticos e partidos de extrema-direita em diferentes partes do mundo amparados em torno do binômio “mercado-moral” (Brown, 2019). Essa feição conservadora do neoliberalismo deslocou a oposição política ao terreno dos valores (Dardot *et al.*, 2021), restaurando o modelo de família tradicional e estabelecendo a necessidade de proteção dessa instituição. É nesse escopo que vemos o *slogan de* inspiração fascista da Ação Integralista Brasileira “Deus, pátria e família”¹³ ser mobilizado não apenas por Bolsonaro, mas também por Giorgia Meloni, representante do partido de extrema-direita “Irmãos da Itália”, eleita primeira-ministra da Itália em 2022. É essa mesma tríade que tem sustentado o discurso autoritário e antidemocrático que circula em países como a Hungria, do primeiro-ministro Viktor Orbán, onde ofensivas que tentam eliminar quaisquer modos de vida, sexualidades e arranjos familiares que contrariem os valores tradicionais cristãos têm se amparado em leis como a que proíbe os estudos de gênero e sexualidade nas universidades, a partir da justificativa de “ideologização da sociedade” e a “destruição” do modelo heteronormativo de família.

A ascensão de uma governamentalidade neoliberal conservadora fez combinar o concorrencialismo generalizado, a racionalidade capitalista expandida e o autoritarismo antidemocrático com a defesa da supremacia da “liberdade” em detrimento das demandas pelos direitos e igualdade. Soma-se a isso o proselitismo das formas tradicionais de vida que levam poder crescente à moralização da vida social, encaminhando os indivíduos a agirem segundo os ideais de uma fé específica (a religião cristã), um determinado modelo de família (tradicional), um tipo de nação (voltada para as majorias) e um determinado conceito de liberdade (o da esfera pessoal protegida).

É nesse ínterim que a instituição familiar, também ela subjetivada a partir dos critérios econômicos e entendida como um campo moral e uma construção necessária dentro da ordem social, disposta a fazer valer o protagonismo que lhe é atribuído, passa

¹² *Brexit* é a junção das palavras em inglês “*British*” e “*exit*” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia. A pauta teve origem em grupos de direita inicialmente minoritários e ganhou força ao longo dos anos 2010. A discussão sobre o *Brexit* avançou em 2016, após a proposta ser aprovada em referendo. A saída iniciou em 30 de janeiro de 2020 e efetivou-se em 1 de janeiro de 2021, após período transitório.

¹³ O referido *slogan* foi criado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), nascida em 1932 pelas mãos do jornalista e escritor Plínio Salgado. Inspirada no regime totalitário de Benito Mussolini na Itália, a AIB buscava criar uma versão nacional do regime político fascista. Entre os anos 1920 e 1940, chegou a ter um milhão de adeptos, sendo considerado o maior movimento fascista fora da Europa (Doria, 2020).

a requerer proteção. Em meio à insegurança provocada pelo desmantelamento de políticas sociais, resultantes de uma arte de “governar para o mercado” (Foucault, 2010), não é a precarização da vida a que os indivíduos e as famílias são submetidos que é considerada ameaçadora, mas os supostos ataques aos valores tradicionais: ordem, hierarquia, autoridade e moral religiosa.

No Brasil, pelo menos duas formas de proteção da família têm sido mobilizadas nos últimos anos. De um lado, tem se buscado resguardar a privacidade da instituição familiar em relação à intervenção estatal, a partir da ideia de autoridade familiar. Nos domínios da educação, tal forma pode ser exemplificada pela defesa da escolarização doméstica, pautada pelo direito dos pais de definirem o quê e com quem os filhos aprendem. De outro lado, tem sido solicitada a proteção da família em relação às ameaças à moralidade e aos códigos de conduta tradicionais. Aqui, é possível mencionar as propostas do Escola sem Partido, programa que passou a aglutinar em torno de seu discurso contra a chamada “doutrinação política e ideológica” uma coalizão conservadora que já vinha produzindo uma guerra de valores no espaço público brasileiro.

Essas duas formas de proteção da família apontam para disputas de sentidos envolvendo os conhecimentos que podem ou não fazer parte da “ordem do discurso” (Foucault, 2014) escolar, isto é, apontam para tensionamentos relativos às políticas curriculares e também para a própria definição do que é considerado um conhecimento escolar, no sentido de que extrapolam o currículo e produzem efeitos naquilo que reconhecemos como escola republicana, orientada pelos princípios da universalidade, laicidade e igualdade.

De acordo com Arendt (2009), a escola republicana tem a incumbência de inserir a criança no mundo, é a instituição que se interpõe entre o domínio privado do lar e o mundo, de modo a tornar possível a transição da família para o mundo. E embora não seja o único espaço formativo de que os sujeitos dispõem, é a instituição que melhor garante o acesso aos conhecimentos necessários para a inserção no “mundo humano comum”, pois permite que diferentes modos de pensar e de ser possam ser acolhidos e tencionados à luz dos conhecimentos científicos. Nessa mesma direção, Veiga-Neto (2022, on-line) afirma que a escola realiza a diferenciação do seio familiar e do espaço coletivo. Em suas palavras, “A casa é uma coisa e a escola é outra. Se aprende muito em casa, mas a vida social, com a diferença, com a coletividade, com os outros, se aprende na escola” (Veiga-Neto, 2022, on-line).

As investidas da agenda familista na educação apontam para a tentativa de rompimento do pacto criado em torno dessa escola republicana, entendida enquanto espaço democrático onde o diferente e o contraditório se encontram e se transformam, projetando para os estudantes a vida futura em sociedade. O que se delineia, por consequência, é um modelo de educação apartado do social que, em detrimento da civilidade e do “cultivo de um bem comum” (Brown, 2019, p. 57), contesta os laços sociais e mesmo exclui determinados corpos, modos de vida e sexualidades que contrariam normas estabelecidas.

Meus filhos, minhas regras: a educação como campo de disputas

A partir da primeira década de redemocratização e, sobretudo, do início dos anos 2000, algumas conquistas importantes foram se desenhando no cenário brasileiro relativas aos direitos de mulheres, negros, povos indígenas, pessoas LGBTQIA+, entre outros, resultantes de políticas públicas no campo progressista. Dentro de um arranjo político-social que começou a dar visibilidade a questões muitas vezes silenciadas ou tomadas sob um enfoque restritivo, como são os casos de racismo ou de violência contra mulheres e pessoas trans, por exemplo, pautas de diferentes segmentos considerados minoritários passaram a ser discutidas e a adentrar nos documentos oficiais. Na educação, materiais orientadores da política educacional brasileira, como o Plano Nacional de Educação (PNE), publicado em 2001 com vigência até 2010, e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), de 2006, por exemplo, refletiam o compromisso com a promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual, a partir do discurso em prol da diversidade.

Tais avanços nas políticas públicas brasileiras foram acompanhados de uma forte reação de setores conservadores, majoritariamente situados à direita do espectro político, que colocaram em circulação um discurso pautado na retórica do medo e do inimigo como instrumento mobilizador, contrapondo os valores da família tradicional à denominada “libertinagem” realizada pelo campo progressista (Solano, 2019) e à ameaça do “marxismo cultural¹⁴”, que seria responsável pela “doutrinação ideológica” dos estudantes. A moralização do debate público instaurada a partir da disputa do que

¹⁴A construção de um discurso sobre uma suposta “doutrinação marxista” nas escolas tem sido alimentada por uma leitura distorcida da obra de Antonio Gramsci. Segundo essa perspectiva, diretamente vinculada, aqui no Brasil, às produções de Olavo de Carvalho, o objetivo da esquerda seria o de manipular as mentes através de uma revolução psicológica que visa apagar a herança moral e cultural da humanidade e abrir caminho para a implantação do comunismo.

historicamente se estabeleceu em torno dos direitos do homem, branco, heterossexual e cristão contra elementos que questionavam a manutenção das superioridades de classe, gênero, raça e religião alçou a agenda política de temas morais a protagonista no espaço público, por vezes relacionando a “crise econômica e política”¹⁵ então vigente a uma “crise moral”, de abandono das formas tradicionais de vida.

Retornar a um passado mítico, onde ilusoriamente imperavam os valores familiares e religiosos tradicionais e onde determinadas formas de identidade (nacional, comunitária, classe, gênero, etc.) se sobrepunham a outras, tornava-se uma tática política importante para angariar a adesão da sociedade a uma pauta que, em seu cerne, defende a manutenção das hierarquias tradicionais e está intrinsecamente relacionada à perpetuação do projeto político-moral neoliberal.

É, pois, dentro dessa conjuntura que, ainda em 2004, o advogado Miguel Francisco Nagib¹⁶ criou o movimento chamado Escola em Partido e passou a compartilhar em um site e um blog, recentemente desativados, as propostas do que veio a ser denominado Programa Escola sem Partido, apresentado como um conjunto de medidas previsto num anteprojeto de lei “que tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” (Escola Sem Partido, 2019, *on-line*).

O referido programa aparece organizado em torno de três objetivos, conforme expressos em seu site oficial: 1) “Descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”; 2) “Respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes”; e 3) “Respeito ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (Escola Sem Partido, 2019, *on-line*). A defesa do programa foi articulada junto às instâncias governamentais visando estabelecer regras para controle, seleção e organização daquilo que pode ou não pode entrar na ordem do discurso escolar. É nesse sentido que, entre suas proposições, consta, por exemplo, a afixação obrigatória de um cartaz nas salas de aula dos ensinos fundamental e médio do país com deveres a serem seguidos pelos docentes, os quais obedeceriam a um código

¹⁵ O processo de impeachment de Dilma Rousseff pode ser analisado por esse prisma.

¹⁶ Em agosto de 2022, Miguel Nagib informou sua saída do Escola Sem Partido e o encerramento dos canais administrados por ele. Conforme visita ao site do ESP, o conteúdo seguia disponível para consulta até novembro de 2023, quando fora desativado. A página na rede social Instagram sob administração de Nagib, @escolasempartidooficial, cuja primeira publicação remonta a dezembro de 2016, permanece em funcionamento.

moral balizado por valores que remeteriam à defesa da família tradicional, heteronormativa e patriarcal.

Ao mesmo tempo que perseguia essa via institucional, os ideais do programa eram capilarizados junto a setores da mídia, segmentos religiosos e político-partidários, conservadores seculares, entre outros, contribuindo, no microcosmo da sala de aula, para a vigilância e o cerceamento do trabalho docente por parte de estudantes e pais e, no macrocosmo da sociedade, para o questionamento do ideal de escola republicana, entendido enquanto espaço público, laico, plural e democrático.

Devido a esse alcance, em 2014 o programa começou a ser defendido pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, seus filhos também políticos Carlos e Eduardo Bolsonaro, e pelas bancadas evangélica, católica e da Frente Parlamentar em Defesa da Família, que acionaram material referente ao Projeto Escola sem Homofobia¹⁷, destinado à promoção da cidadania das pessoas LGBTQIA+ e ao combate à violência e discriminação contra tal população, para mobilizar a sociedade em relação à distribuição nas escolas do que foi denominado de “kit gay”. Esse material, lançado em 2011 pelo Ministério da Educação (MEC) e que não chegara a ser distribuído, foi utilizado para fins de comprovação da suposta disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas. Nesse escopo, impedir a circulação do referido material no âmbito escolar significava o enfrentamento de uma certa “depravação moral” a que a sociedade estaria submetida.

Esse modo de governmentação pelos valores levou a uma série de investidas junto aos legislativos municipais, estaduais e à esfera federal, visando dar amparo legal ao conteúdo difundido pelo programa. Um desses projetos, o PL nº 7.180, apresentado pelo deputado Erivelton Santana em 2014, propõe a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A ementa propõe o acréscimo, no artigo que trata dos princípios do ensino, do inciso a seguir:

XIII - respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas (Brasil, 2014).

¹⁷Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em 30 out. 2023.

Esse projeto de lei, que teve apensadas inúmeras propostas de adendo e se encontra desde 2021 no aguardo de constituição de comissão de análise, aponta uma alteração consistente que visa à promoção de uma determinada forma de vida em detrimento de outras, que devem ser silenciadas. A instituição familiar é tomada como a instância final capaz de determinar aquilo que pode ou não pode ser dito em sala de aula acerca dos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, alçando-se, assim, acima do Estado e do modelo de escola democrática.

É nesse campo de embates envolvendo a primazia da família em relação à educação que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as linhas gerais para a definição dos currículos dos ensinos infantil e fundamental nas escolas públicas e particulares do país, passou a ser alvo das investidas conservadoras. Macedo (2017) sustenta que, a partir da divulgação da segunda versão da Base, em abril de 2016, um novo conjunto de demandas foi se fortalecendo, sendo identificadas pelo menos quatro pautas que o Escola sem Partido apresentou em relação à BNCC: a primeira seria a separação entre espaço público e espaço privado, transferindo a educação para o espaço privado da família, a quem caberia toda a formação moral e ética das crianças; a segunda seria contra o viés ideológico de esquerda que sustentaria o documento apresentado à consulta pública; a terceira diria respeito à contrariedade à diversidade cultural nos currículos; e a quarta seria o posicionamento contra a ideologia de gênero nos currículos.

A mobilização do Escola sem Partido e de camadas conservadoras da sociedade que a ele se uniram aponta para um tenso campo de imposição de saberes e discursos hegemônicos sobre sexualidade, gênero e religiosidade em consonância com preceitos morais cristãos. Ainda que, na segunda versão da BNCC, a agenda conservadora não tenha conseguido retirar do texto as menções a termos considerados interditos, tais como “gênero”, Macedo (2017) sublinha que o potencial do Escola sem Partido para deslocar as articulações sobre a BNCC já preocupava, na medida em que ia de encontro a demandas dos grupos minoritários que alcançaram algum espaço precisamente em razão de políticas públicas que os tomaram como sujeitos de direitos.

Essa preocupação mostrou-se acertada, pois na terceira versão da BNCC, aprovada em 2018, a influência e o controle de grupos neoconservadores e populistas-autoritários passaram a ser ainda maiores. Com a saída dos pesquisadores vinculados às universidades dos trabalhos envolvendo o documento, a participação de grupos que propunham uma abordagem dos conhecimentos escolares a partir da precedência da

família sobre a educação passou a ser mais decisiva, compondo com os grupos alinhados com a política econômica neoliberal a grande parte do texto final (Hypólito, 2019).

A influência dos grupos conservadores pode ser analisada a partir da supressão da discussão em torno do termo “gênero”, por exemplo. Silveira *et al* (2021) apontam que a busca pelos termos “gênero”, “sexualidade” e “sexual”, no sentido de análise ou compreensão das desigualdades sociais e como ferramenta para se combater as violências sexistas e homofóbicas, não se presentifica na terceira versão da BNCC, como ocorre nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), que visam à compreensão das identidades de gênero e da corporeidade. Conforme destacam os referidos autores (2021), temas relacionados a esses contextos foram retirados do texto final sob a alegação do MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE) de que o gênero é objeto de controvérsias sociais e de debates “confusos” que tumultuam os currículos escolares.

Há que se ressaltar, ainda, que a sexualidade é mencionada na Área de Ciências da Natureza, especificamente, dentro do conteúdo de Ciências para o 8º Ano do ensino fundamental, impondo-se um modo de significar a sexualidade como uma questão de saúde pública, sendo apagados os seus aspectos culturais, sociais, políticos, históricos e psicológicos associados a essa temática (Silveira *et al*, 2021). Nesse sentido, ainda que haja a referência ao termo “sexualidade”, este não alcança o propósito de suscitar o questionamento acerca da diversidade sexual, do machismo, da violência sexual, da luta das mulheres, entre outros.

A partir do que foi abordado, pode-se afirmar que, sobretudo a última versão da BNCC, aponta para uma relação de saber-poder concernente às políticas educacionais que buscou estabelecer a primazia da família tradicional e seu conjunto de valores diante do Estado e da sociedade. Essa primazia ancora-se na prevalência de um conhecimento doméstico-familiar orientado segundo princípios morais em detrimento de conhecimentos elaborados e compartilhados na escola que derivam da pesquisa e da demonstração. Determinados valores e preceitos são tomados como verdadeiros e irrefutáveis e, portanto, não passíveis de serem negociados ou mesmo questionados. Tais valores e preceitos, a partir da tentativa de “controle, seleção, organização e distribuição do discurso” (Foucault, 2014), passam a ditar aquilo que pode ou não ser ensinado nas escolas, isto é, o que pode fazer parte do currículo.

Essa mesma tentativa de disputa pelos sentidos do currículo escolar também aparece em outro projeto de lei, o PL nº 6583/2013, relativo ao Estatuto da Família, que acolheu as demandas conservadoras no que diz respeito ao modelo de família tradicional

e se colocou como uma reação à decisão do Supremo Tribunal Federal que, em 2011, havia reconhecido como entidade familiar a união estável para casais do mesmo sexo.

No texto-base, que aponta a entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, é feita a menção à obrigatoriedade de componente curricular nos ensinos fundamental e médio relativo à disciplina que trate de uma “Educação para família”:

Art. 10 Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter em sua base nacional comum, como componente curricular obrigatório, a disciplina “Educação para família”, a ser especificada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Brasil, 2013).

O objetivo de impor dentro do currículo escolar um componente relativo a um determinado modelo de família, construído e defendido historicamente, o da família tradicional, heteronormativa e patriarcal, encaminha para uma forma de regulação dos sentidos que se quer instaurar sobre a instituição familiar. Tal modelo, ainda que, em razão dos jogos estratégicos de poder, não consiga eliminar outros arranjos familiares, produz na esfera pública uma tentativa de saturação dos sentidos, visando estabelecer um determinado modelo como evidente e universal, isto é, o único possível.

Essa lógica da proteção da família também foi mobilizada para defender a escolarização doméstica, tida como uma das prioridades do Governo Bolsonaro durante campanha à presidência em 2018. Esse movimento, que durante muito tempo apresentou um caráter heterogêneo, sendo defendido por pessoas de diferentes perspectivas políticas, educacionais e religiosas que questionavam o porquê de a escola não mudar ao longo dos séculos, só vai ter uma atuação mais efetiva junto ao poder legislativo quando a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), criada em 2010, encontra representatividade junto aos movimentos cristãos conservadores alinhados à base bolsonarista (Barbosa, 2022).

No ano de 2020, com o mundo vivenciando a pandemia de Covid-19, milhões de estudantes precisaram realizar seus estudos de forma remota, a partir de suas casas. Tal fato serviu de justificativa para os defensores brasileiros da prática da escolarização doméstica apontarem sua regulamentação como uma necessidade que beneficiaria a sociedade, a despeito das diferenças envolvendo esse tipo de escolarização e o ensino

remoto ou híbrido, realizado a partir de atividades pedagógicas desenvolvidas e amparadas por professores vinculados a uma instituição escolar. Com isso, o movimento ganhou repercussão nacional, fazendo chegar às mídias e às redes sociais argumentos contrários e favoráveis à essa prática.

Em 2021, o Governo Bolsonaro elegeu a aprovação da escolarização doméstica como uma das 35 pautas prioritárias no Congresso daquele ano. Dentre os vários projetos de lei então em trâmite na Câmara dos Deputados sobre o tema, o de nº 3.179, de 2012, que permite que a Educação Básica – ensino Infantil, Fundamental e Médio – seja oferecida em casa sob responsabilidade de pais, mães ou tutores e tutoras legais, foi novamente movimentado, mobilizando principalmente os deputados ligados à chamada Bancada da Bíblia.

Em maio de 2022, a partir do apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Ministério da Educação, que entre os aportes para a defesa da escolarização doméstica produziu a cartilha¹⁸ “Ensino Domiciliar: Um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos”, o referido projeto foi posto em votação e, em regime de urgência e sem passar por análise de comissão, foi aprovado na Câmara com algumas alterações, sendo encaminhado para o Senado Federal, onde segue em tramitação. Com isso, foram alterados a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O que sustentou os argumentos para a aprovação do PL, na maioria das falas dos deputados, foi a defesa de um determinado código moral que estaria sendo atingido em razão de uma “ideologização” e uma “apologia à sexualização precoce” realizadas nas escolas. Junto à prerrogativa da liberdade de escolha concedida às famílias, sob as quais deveria recair o encargo e o direito sobre a educação dos filhos, estabeleceu-se uma relação de saber-poder que, assim como no caso do Escola sem Partido, ancorou-se na prevalência de um conhecimento doméstico-familiar em detrimento de conhecimentos elaborados e compartilhados na escola. Assim, a projeção da escola como um lugar “indesejável” e “perigoso”, que poderia corromper as crianças e os jovens que respondem a um modelo instituído de vida e de ordem (Lockmann, 2020) funcionou para justificar a necessidade de proteção da esfera privada.

O medo gerado em torno das discussões de gênero e sexualidade na escola aproximou amplos setores da sociedade que viram na instauração de uma cruzada moral

¹⁸Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar_V1.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

na educação um modo de proteger determinados valores familiares, orientados segundo a moral cristã, os únicos considerados aceitos. Nesse escopo, o interdito da sexualidade foi tomado como um elemento simbólico decisivo, uma vez que, para impedir a “deturpação” da inocência das crianças e adolescentes, determinados corpos, modos de vida e sexualidades não deveriam ser problematizados no espaço escolar. É nessa perspectiva que a “educação sexual” é equivocadamente compreendida como “ensino de sexo”, o que levaria, inevitavelmente, a “aflorescer a sexualidade dos estudantes”.

O que essa “proteção” traz consigo é a tentativa de restringir ou mesmo impedir que as manifestações da diferença possam brotar na escola. Por isso a promoção do estatuto da ordem sexual tradicional, por isso a tentativa de

[...] reafirmar sua hegemonia, reiterar seus postulados, hierarquias, sistemas de poder e estruturas de privilégios e, assim, permitir uma legitimação ulterior das normas de gênero sintonizadas com a dominação masculina, a heterossexualização compulsória e a configuração de hierarquias sociais, inclusive étnico-raciais (Junqueira, 2018, p. 456).

Sob esse enquadramento, enquanto o Escola sem Partido, a partir da tentativa de “controle, seleção, organização e distribuição do discurso” (Foucault, 2014), visa estabelecer aquilo que pode ou não ser ensinado nas escolas, segundo valores mobilizados pela instância familiar, o movimento pela escolarização doméstica tenciona definir não apenas o que pode adentrar na ordem do discurso escolar, mas também com quem se aprende, com quem se convive. Com isso, desloca-se “ainda mais o jogo político no sentido do controle que exclui a diferença, ao mesmo tempo em que torna explícita essa exclusão” (Macedo, 2017, p. 509).

Nesse contexto em que um determinado modelo de família tende a solicitar cada vez mais um protagonismo moral dentro da ordem social, foi produzido um discurso de liberdade capaz de justificar a contestação e mesmo a exclusão de certos modos de vida não condizentes com o que hegemonicamente se estabeleceu em torno de uma ordem apresentada como natural e moral, a da tradição e da família heteronormativa.

À medida que a vida passa a ser guiada pelos princípios de mercado, de um lado, e pelos valores familiares, de outro, o social, entendido como o lugar da justiça e do bem comum, como o fundamento da democracia, torna-se o inimigo que precisa ser aplacado. A educação, as escolas, nesse escopo, aparecem como espaços em que se intenta produzir o desmantelamento da sociedade, ideia defendida de forma bastante sistemática pelo

economista austríaco Friedrich August von Hayek (1899-1992), um dos principais expoentes do pensamento neoliberal.

É nesse sentido que podemos situar a busca pela liberdade para escolher o tipo de educação a ser oferecida aos filhos, com quem ele estuda e o que ele aprende, dentro do amplo projeto político de (des)democratização da sociedade, que tem na instituição familiar um aparato fundamental para a concretização do rompimento do social, entendido aqui como o lugar em que “somos mais do que indivíduos ou famílias, mais do que produtores consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação” (Brown, 2019, p. 38).

Considerações Finais

A guinada conservadora presenciada nos últimos anos tem decorrido, pelo menos em parte, das estratégias de manutenção do projeto político neoliberal, que para manter-se enquanto força transformadora da sociedade, produz uma divisão dentro da população, a partir da produção de uma “guerra de valores”. Esse deslocamento da oposição política no terreno dos valores constitui, segundo Dardot *et al* (2021), um dos fenômenos políticos mais importantes das últimas décadas, e sustenta-se na tentativa de restauração das formas tradicionais de vida, as quais tomam a família tradicional e a religião cristã como único modelo para toda a sociedade.

É nessa conjuntura que a família, cada vez mais atingida pela precarização decorrida das políticas neoliberais e responsabilizada pelo cuidado com a vida, passa a solicitar um protagonismo moral dentro da ordem social. Daí a constante intervenção no âmbito da educação e o surgimento de aparatos como o Escola sem Partido e o movimento a favor da escolarização doméstica, que incidem sobre grupos, corpos, práticas e sujeitos visando instaurar a primazia de uma ordem privada, homogênea e familiar em detrimento do público, do plural e do coletivo. É sob essa perspectiva que direito a que os filhos recebam uma educação moral, sexual e religiosa condizente com os valores familiares, para além de significar um apelo às liberdades individuais, coloca-se como uma incursão contra o ideal de escola republicana e contra a própria ideia de democracia.

Há que se frisar, não obstante, que esse modo de governo das condutas pelos valores se estabelece em um jogo intenso de forças e relações diversas, de modo que não há, simplesmente, a dominação por parte de uma determinada posição. A partir do entendimento de que não há algo como “o poder”, mas “relações de poder” exercidas por “uns” sobre os “outros”, e que o poder se exerce sobre “sujeitos livres”, isto é, por sujeitos

individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (Foucault, 1995), é possível mobilizar contracondutas que fujam às tentativas de imposição de determinados modos de ser e de viver pautados pela governamentalidade neoliberal conservadora.

Relembrando Arendt (2009, p. 238), é preciso reafirmar que é a escola “a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo”. É nela que se realiza o “ensaio” para ser capaz de viver com os outros. É na vivência com o outro que a criança é desafiada a escutar e a expor sua opinião. O aprendizado, nesse caso, envolve não somente aqueles conhecimentos considerados necessários em sua formação para a vida adulta, mas também o encontro com a diversidade de pensamentos, de modos de ser e estar no mundo.

Contrariando os discursos que tentam deslegitimar o espaço escolar, significando-o como “inapropriado”, em consonância com Lockmann (2020), é possível “pensá-la como tempo e espaço ‘inapropriável’”. Nem o lar, nem a família podem garantir a partilha de experiências plurais, por que é na escola que os diferentes se encontram visando constituir “um mundo humano comum”. Retomar a escola enquanto espaço do comum e do democrático, como o espaço que torna possível o encontro com o diferente, com o contraditório, coloca-se, pois, no caminho da retomada do político e da diferença constitutiva que o projeto neoliberal, em sua atual feição conservadora, tem tentado eliminar.

Referências

A DOUTRINAÇÃO é um problema grave na educação brasileira? Por quê? Escola sem Partido, 2019. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/faq/>. Acesso em 2 set. 2023.

ARENDRT, Hannah. Entre o passado e o futuro. 6. ed. São Paulo. Perspectiva, 2009.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 2 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7180*, de 24 de fevereiro de 2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em 2 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6583*, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em 4 set. 2023.

BROWN, W. *El pueblo sin atributos: La Secreta Revolución del Neoliberalismo*. Madrid: Malpaso ediciones, 2016.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politéia, 2019.

BUTLER, J. Ideologia antigênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. *Debates do NER*, Ano 19, n. 36, p. 219-235, Ago/Dez, 2019.

COOPER, M. *Los valores de la familia*. Entre el neoliberalismo y el nuevo social-conservadurismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2022.

CORRÊA, S; PRADO, M. A. M. Ideologia antigênero nas políticas educacionais brasileiras: estatização e transnacionalidade. In: CARREIRA, D.; LOPES, B. (Orgs.) *Gênero e Educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

DARDOT, P. *et al. A escolha da guerra civil*. Uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DORIA, P. *Fascismo à brasileira*. São Paulo: Editora Planeta, 2020.

DUARTE, A. Foucault e a Governamentalidade: Genealogia do Liberalismo e do Estado Moderno. In: CASTELO BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 53-69.

FOUCAULT, M. *A ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II, O uso dos prazeres*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977- 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2023.

HYPOLITO, Á. M. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. *Retratos da Escola*, v. 13, p. 187-201, 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>. Acesso em: 5 set. 2023.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 fev. 2024.

LOCKMANN, K. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1–18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15408>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Comum Curricular. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n° 139, p. 507-524, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmzwCdQK/?format=pdf&lang=p>. Acesso em 6 set. 2023.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. "Ideologia de gênero" em movimento. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 503-523.

PELBART, P. P. O mimimi como categoria biopolítica. *Cadernos de Subjetividade*. (PUCSP), v. 20, 2019, p. 99-104.

PENNA, F. A. A defesa da “educação domiciliar” através do ataque à educação democrática: A especificidade da escola como espaço de dissenso. *Revista Linguagens, Educação e Sociedade*, n. 42, mai./ago, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/les.v0i42.9336>. Acesso em 23 mar. 2023.

RÖPKE, W. *The social crisis of our time*. Chicago: Chicago University Press, 1950.

SILVA, R. R. D. da. *Customização Curricular no Ensino Médio: elementos para uma crítica pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, R. R. D. da. Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo. *Educação e Filosofia*, [S. l.], v. 29, n. 57, p. 199–223, 2016. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v29n57a2015-p199a223. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/22731>. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVEIRA B. S. M. *et al.* Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 27, p. e35543, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35543>. Acesso em: 9 set. 2023.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, S. *et al.* *Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-321.

STANDING, G. *Precariado: a nova classe perigosa* Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

THATCHER, Margaret. Interview for Woman's Own ("no such thing as society"). Douglas Keay. *Margaret Thatcher Foundation*. [set. 1987]. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/106689>. Acesso em 21 ago. 2022.

TRAVERSINI, C. S.; LOCKMANN, K. Problematização da escolarização doméstica: uma defesa da escola pública enquanto espaço comum e democrático. *Pro-Posições* [online]. 2022, v. 33. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0040>. Acesso em: 10 nov. 2022.

VEIGA-NETO, A. Coisas do governo... In: RAGO, M.; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, A. Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VEIGA-NETO, A; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, set-dez, 2007.

VEIGA-NETO, A. “A vida social, a coletividade, só se aprende na escola”, diz Alfredo Veiga-Neto. Amanda Kaster. *Instituto Racionalidades* [online], Cachoeirinha/RS, mar, 2013. Disponível em: <https://institutoracionalidades.com.br/noticias-e-textos/a-vida-social-a-coletividade-so-se-aprende-na-escola-diz-alfredo-veiga-neto/>. Acesso em 23 fev. 2024.

Recebido em novembro de 2023.

Aprovado em março de 2014.